Notícias do dia 22 de março

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Alego vota permissão para Estado renegociar dívidas com a União

Agência Alego

A **Assembleia Legislativa de Goiás** realiza sessão extraordinária remota nesta segunda-feira, às 10 horas, para deliberar três projetos de lei do Poder Executivo e dois do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em segunda fase. A matéria que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas e a propositura que trata de programa de incentivos fiscais são os destaques da pauta de convocação.

Outras quatro proposições assinadas pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) também deverão ser votadas pelo Plenário, assim que a Comissão Mista emitir sinal verde. Isso porque esses projetos receberam pedidos de vista na última reunião do colegiado e voltarão à pauta de deliberações na próxima segunda-feira.

Vacinas

Na oportunidade, o debate sobre a aquisição de vacinas contra a covid-19 deve ser retomado pelo Parlamento goiano. Durante a sessão extraordinária realizada quinta-feira (18), diversos parlamentares se manifestaram sobre o futuro do estado de **Goiás** em relação à pandemia e à vacinação.

Vale lembrar que, tanto as sessões plenárias como as reuniões da Comissão Mista e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) convocadas pelo presidente Lissauer Vieira (PSB), no último dia 17, estão ocorrendo de forma totalmente remota. As atividades presenciais administrativas e grande parte das legislativas estão suspensas com a finalidade de evitar aglomerações e assim, contribuir no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Só estão trabalhando presencialmente na **Alego** os departamentos imprescindíveis para a realização das atividades legislativas e, ainda assim, com número reduzido de servidores. Os demais funcionários seguem na modalidade de teletrabalho.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210322

Assembleia aprova três projetos do governo

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira, a Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta segunda-feira, dia 22, duas sessões extraordinárias remotas e uma reunião da Comissão Mista. Foram aprovados oito projetos de lei, sendo cinco em segunda fase de discussão e votação e três, em primeira etapa. Constavam na pauta proposições do Poder Executivo e **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

Na primeira sessão extraordinária, os parlamentares aprovaram três proposituras do governo e duas do **TCE**. Em seguida, uma reunião remota da Comissão Mista foi aberta pelo presidente em exercício, deputado Vinícius Cirqueira (Pros), para deliberação de três proposições; que, depois de terem recebido o aval do colegiado, seguiram para votação em Plenário. Finalizada a reunião do colegiado, mais uma sessão extraordinária foi aberta pelo presidente Lissauer Vieira para apreciação, em primeira fase, das matérias em questão.

Todos os cinco projetos deliberados, em fase definitiva, seguirão para sanção do governador Ronaldo Caiado. Já as três proposições apreciadas em primeira etapa precisam passar por mais uma aprovação do Plenário para que estejam aptas a ser sancionadas. Essas matérias, que são de autoria da Governadoria do Estado, serão votadas na sessão extraordinária remota que será realizada na manhã desta terça-feira, 23, a partir das 9 horas.

Matérias aprovadas em segunda fas e

Governadoria do Estado

O plenário aprovou, por 25 votos favoráveis e nenhum contrário, o Projeto de lei nº 4232/21, que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Pelo placar de 21 votos a zero, além de uma abstenção, os deputados aprovaram, em segunda votação, o Projeto de lei nº 4367/21, que autoriza o governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Também em segunda fase, o Plenário aprovou o Projeto de lei nº 3577/21, que altera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**. O placar da votação foi 21 votos a zero, além de uma abstenção.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versa sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Matérias aprovadas em primeira fase

O Plenário aprovou o projeto de lei nº 4434/21, da Governadoria do Estado, que faz alterações nas Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações em questão instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública estadual.

O placar da votação foi 21 a zero.

Os débitos que a matéria se refere são aqueles relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

O objetivo é estender por mais 30 dias os prazos para a adesão às medidas facilitadoras de que tratam os normativos mencionados, de modo que a data limite, prevista para 1º de abril de 2021, passe para o dia 1º de maio de 2021.

Na manhã desta segunda-feira, 22, o Legislativo goiano também deu aval à proposição de nº 4433/21, que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997. No total, 23 parlamentares votam favoráveis ao texto e nenhum votou contrário à proposição enviada pelo Poder Executivo.

A proposta busca alterar na alínea "a"" do inciso III do art. 22 a expressão "inclusive os produtos semielaborados deles resultantes". Ela tem o propósito de estender, aos produtos semielaborados resultantes do processamento de produtos agrícolas preponderantemente exportáveis, expressamente discriminados em ato do Poder Executivo, a permissão para que o imposto devido por substituição tributária pelas operações anteriores com esses produtos seja apurado juntamente com aquele devido pela operação de saída própria do estabelecimento eleito substituto. Esse efeito resultaria em um só débito por período.

Por fim, o Plenário aprovou, em primeira votação, o projeto de lei nº 435/21, oriundo da Governadoria, que autoriza o governador Ronaldo Caiado (DEM) a conceder o direito real de uso da área de 6.663,24 m² com benfeitorias, de propriedade do Estado, à Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe), para o desenvolvimento de atividades de interesse social de caráter filantrópico. O placar da votação foi 21 votos a 0.

O imóvel fica localizado entre a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, a Avenida Sergipe, a Rua José Hermano e o Ginásio de Esportes, no setor Campinas, na Capital goiana. O bem é sede do Instituto de Educação em Artes Professor Gustav Ritter (IEAPGR), vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

Segundo consta no texto da matéria, há 32 anos o instituto é uma unidade de ensino e formação artística, onde funcionam, atualmente, em 28 salas, núcleos de música, de dança e de teatro. Trata-se de um polo de formação artística gratuita de centenas de crianças, de jovens e de adultos. Sua missão é a democratização do acesso à cultura em toda a região Metropolitana de **Goiânia**, como destaca o texto.

Para Caiado, a manutenção das atividades do Gustav Ritter, no local atual, é de interesse público. "O seu desalojamento implicará despesas com aquisição de um novo imóvel para sua instalação, ônus que o Estado não suporta, pelo déficit orçamentário reiterado, ainda não zerado, apesar dos esforços do atual Governo", disse.

Fonte: **Assembleia Legislativa de Goiás**

Site: https://diariodeaparecida.com.br/assembleia-aprova-tres-projetos-do-governo/

Goiás - Assembleia aprova três projetos do governo

Tech Comunicação Digital

O plenário aprovou o Projeto de Lei nº 4232/21, que altera Produzir e Funproduzir, o Projeto de Lei nº 4367/21, que autoriza o governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas e o Projeto de Lei nº 3577/21, sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio das rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado

Já as três proposições apreciadas em primeira etapa precisam passar mais uma vez pelo Plenário. As matérias, da Governadoria do Estado, serão votadas na sessão extraordinária remota desta terça-feira, 23, a partir das 9 horas

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira, a Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta segunda-feira, dia 22, duas sessões extraordinárias remotas e uma reunião da Comissão Mista. Foram aprovados oito projetos de lei, sendo cinco em segunda fase de discussão e votação e três, em primeira etapa. Constavam na pauta proposições do Poder Executivo e **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

Na primeira sessão extraordinária, os parlamentares aprovaram três proposituras do governo e duas do **TCE**. Em seguida, uma reunião remota da Comissão Mista foi aberta pelo presidente em exercício, deputado Vinícius Cirqueira (Pros), para deliberação de três proposições; que, depois de terem recebido o aval do colegiado, seguiram para votação em Plenário. Finalizada a reunião do colegiado, mais uma sessão extraordinária foi aberta pelo presidente Lissauer Vieira para apreciação, em primeira fase, das matérias em questão.

Todos os cinco projetos deliberados, em fase definitiva, seguirão para sanção do governador Ronaldo Caiado. Já as três proposições apreciadas em primeira etapa precisam passar por mais uma aprovação do Plenário para que estejam aptas a ser sancionadas. Essas matérias, que são de autoria da Governadoria do Estado, serão votadas na sessão extraordinária remota que será realizada na manhã desta terça-feira, 23, a partir das 9 horas.

Matérias aprovadas em segunda fase

Governadoria do Estado

O plenário aprovou, por 25 votos favoráveis e nenhum contrário, o Projeto de lei nº 4232/21, que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Pelo placar de 21 votos a zero, além de uma abstenção, os deputados aprovaram, em segunda votação, o Projeto de lei nº 4367/21, que autoriza o governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Também em segunda fase, o Plenário aprovou o Projeto de lei nº 3577/21, que altera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**. O placar da votação foi 21 votos a zero, além de uma abstenção.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versa sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Matérias aprovadas em primeira fase

O Plenário aprovou o projeto de lei nº 4434/21, da Governadoria do Estado, que faz alterações nas Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações em questão instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública estadual. O placar da votação foi 21 a zero.

Os débitos que a matéria se refere são aqueles relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

O objetivo é estender por mais 30 dias os prazos para a adesão às medidas facilitadoras de que tratam os normativos mencionados, de modo que a data limite, prevista para 1º de abril de 2021, passe para o dia 1º de maio de 2021.

Na manhã desta segunda-feira, 22, o Legislativo goiano também deu aval à proposição de nº 4433/21, que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997. No total, 23 parlamentares votam favoráveis ao texto e nenhum votou contrário à proposição enviada pelo Poder Executivo.

A proposta busca alterar na alínea "a"" do inciso III do art. 22 a expressão "inclusive os produtos semielaborados deles resultantes". Ela tem o propósito de estender, aos produtos semielaborados resultantes do processamento de produtos agrícolas preponderantemente exportáveis, expressamente discriminados em ato do Poder Executivo, a permissão para que o imposto devido por substituição tributária pelas operações anteriores com esses produtos seja apurado juntamente com aquele devido pela operação de saída própria do estabelecimento eleito substituto. Esse efeito resultaria em um só débito por período.

Por fim, o Plenário aprovou, em primeira votação, o projeto de lei nº 435/21, oriundo da Governadoria, que autoriza o governador Ronaldo Caiado (DEM) a conceder o direito real de uso da área de 6.663,24 m² com benfeitorias, de propriedade do Estado, à Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe), para o desenvolvimento de atividades de interesse social de caráter filantrópico. O placar da votação foi 21 votos a 0.

O imóvel fica localizado entre a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, a Avenida Sergipe, a Rua José Hermano e o Ginásio de Esportes, no setor Campinas, na Capital goiana. O bem é sede do Instituto de Educação em Artes Professor Gustav Ritter (IEAPGR), vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

Segundo consta no texto da matéria, há 32 anos o instituto é uma unidade de ensino e formação artística, onde funcionam, atualmente, em 28 salas, núcleos de música, de dança e de teatro. Trata-se de um polo de formação artística gratuita de centenas de crianças, de jovens e de adultos. Sua missão é a democratização do acesso à cultura em toda a região Metropolitana de **Goiânia**, como destaca o texto.

Para Caiado, a manutenção das atividades do Gustav Ritter, no local atual, é de interesse público. "O seu desalojamento implicará despesas com aquisição de um novo imóvel para sua instalação, ônus que o Estado não suporta, pelo déficit orçamentário reiterado, ainda não zerado, apesar dos esforços do atual Governo", disse.

Assembleia Legislativa de Goiás

Site: http://imprensahoje.com.br/portal/2021/03/22/goias-assembleia-aprova-tres-projetos-do-governo/

Aprovado projeto que troca cargos efetivos por comissionados no TCE-GO

A Redação

Goiânia - Foi aprovado em definitivo nesta segunda-feira (22/3) pelos deputados estaduais o projeto de lei que autoriza troca de 55 cargos efetivos por 24 comissionados no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO). Foram 22 votos favoráveis e um contrário.

Em justificativa encaminhada à **Assembleia Legislativa de Goiás**, o presidente do **TCE**, Edson Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

Edson Ferrari acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Os parlamentares também aprovaram em segunda fase a proposição de nº 4048/21, que altera a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para criar as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **TCE**. O placar da votação foi 21 votos a 2.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/148301/aprovado-projeto-que-troca-cargos-efetivos-por-comissionados-no-tce-go

Assembleia aprova três projetos do governo

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira, a Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta segunda-feira, dia 22, duas sessões extraordinárias remotas e uma reunião da Comissão Mista. Foram aprovados oito projetos de lei, sendo cinco em segunda fase de discussão e votação e três, em primeira etapa. Constavam na pauta proposições do Poder Executivo e **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

Na primeira sessão extraordinária, os parlamentares aprovaram três proposituras do governo e duas do **TCE**. Em seguida, uma reunião remota da Comissão Mista foi aberta pelo presidente em exercício, deputado Vinícius Cirqueira (Pros), para deliberação de três proposições; que, depois de terem recebido o aval do colegiado, seguiram para votação em Plenário. Finalizada a reunião do colegiado, mais uma sessão extraordinária foi aberta pelo presidente Lissauer Vieira para apreciação, em primeira fase, das matérias em questão.

Todos os cinco projetos deliberados, em fase definitiva, seguirão para sanção do governador Ronaldo Caiado. Já as três proposições apreciadas em primeira etapa precisam passar por mais uma aprovação do Plenário para que estejam aptas a ser sancionadas. Essas matérias, que são de autoria da Governadoria do Estado, serão votadas na sessão extraordinária remota que será realizada na manhã desta terça-feira, 23, a partir das 9 horas.

Matérias aprovadas em segunda fas e

Governadoria do Estado

O plenário aprovou, por 25 votos favoráveis e nenhum contrário, o Projeto de lei nº 4232/21, que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Pelo placar de 21 votos a zero, além de uma abstenção, os deputados aprovaram, em segunda votação, o Projeto de lei nº 4367/21, que autoriza o governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Também em segunda fase, o Plenário aprovou o Projeto de lei nº 3577/21, que altera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**. O placar da votação foi 21 votos a zero, além de uma abstenção.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versa sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Matérias aprovadas em primeira fase

O Plenário aprovou o projeto de lei nº 4434/21, da Governadoria do Estado, que faz alterações nas Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações em questão instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública estadual.

O placar da votação foi 21 a zero.

Os débitos que a matéria se refere são aqueles relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

O objetivo é estender por mais 30 dias os prazos para a adesão às medidas facilitadoras de que tratam os normativos mencionados, de modo que a data limite, prevista para 1º de abril de 2021, passe para o dia 1º de maio de 2021.

Na manhã desta segunda-feira, 22, o Legislativo goiano também deu aval à proposição de nº 4433/21, que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997. No total, 23 parlamentares votam favoráveis ao texto e nenhum votou contrário à proposição enviada pelo Poder Executivo.

A proposta busca alterar na alínea "a"" do inciso III do art. 22 a expressão "inclusive os produtos semielaborados deles resultantes". Ela tem o propósito de estender, aos produtos semielaborados resultantes do processamento de produtos agrícolas preponderantemente exportáveis, expressamente discriminados em ato do Poder Executivo, a permissão para que o imposto devido por substituição tributária pelas operações anteriores com esses produtos seja apurado juntamente com aquele devido pela operação de saída própria do estabelecimento eleito substituto. Esse efeito resultaria em um só débito por período.

Por fim, o Plenário aprovou, em primeira votação, o projeto de lei nº 435/21, oriundo da Governadoria, que autoriza o governador Ronaldo Caiado (DEM) a conceder o direito real de uso da área de 6.663,24 m² com benfeitorias, de propriedade do Estado, à Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe), para o desenvolvimento de atividades de interesse social de caráter filantrópico. O placar da votação foi 21 votos a 0.

O imóvel fica localizado entre a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, a Avenida Sergipe, a Rua José Hermano e o Ginásio de Esportes, no setor Campinas, na Capital goiana. O bem é sede do Instituto de Educação em Artes Professor Gustav Ritter (IEAPGR), vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

Segundo consta no texto da matéria, há 32 anos o instituto é uma unidade de ensino e formação artística, onde funcionam, atualmente, em 28 salas, núcleos de música, de dança e de teatro. Trata-se de um polo de formação artística gratuita de centenas de crianças, de jovens e de adultos. Sua missão é a democratização do acesso à cultura em toda a região Metropolitana de **Goiânia**, como destaca o texto.

Para Caiado, a manutenção das atividades do Gustav Ritter, no local atual, é de interesse público. "O seu desalojamento implicará despesas com aquisição de um novo imóvel para sua instalação, ônus que o Estado não suporta, pelo déficit orçamentário reiterado, ainda não zerado, apesar dos esforços do atual Governo", disse.

Assembleia Legislativa de Goiás

Site: http://www.goias.gov.br/servico/25-executivo/124614-assembleia-aprova-três-projetos-do-governo.html

Assembleia autoriza TCE a 'trocar' 55 cargos efetivos por 24 comissionados

A Assembleia autorizou , em 2ª votação realizada na manhã desta segunda-feira (22), que o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) transforme 40 cargos técnicos de nível médio e 15 de Analista de Controle Externo em 24 de cargos em comissão . O placar da votação foi 22 votos favoráveis e 1 contrário.

Segundo os cálculos do próprio **TCE** , os novos cargos custariam R$ 2,85 milhões por ano. Enquanto os cargos a serem extintos somam R$ 6,70 milhões anuais. Os cargos efetivos, no entanto, não representam gastos, já que estão vagos.

Na justificativa, o presidente do **TCE**, o **conselheiro** Edson José Ferrari, argumenta que não haverá aumento de despesas e são cargos atualmente vagos.

O projeto é semelhante ao enviado pelo Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO) e aprovado em fevereiro, que transformou 105 cargos efetivos em 100 comissionados.

Outras votações

Os deputados aprovaram, na mesma sessão, também de autoria do **TCE**, o projeto que altera a Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para a criação da Ouvidoria e da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. O placar foi de 21 votos a 2.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/assembleia-autoriza-tce-a-trocar-55-cargos-efetivos-por-24-comissionados/

Assembleia aprova projeto que troca 55 cargos efetivos por 24 comissionados no TCE-GO

Elisama Ximenes

A **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) aprovou, na manhã desta segunda-feira (22), o projeto de lei que autoriza o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) a trocar 55 cargos efetivos por 24 comissionados. A proposta foi aprovada em sessão extraordinária, com 22 votos favoráveis e 1 contrário - dado pelo deputado estadual Humberto Teófilo (PSL).

Como O POPULAR já mostrou, se o projeto for sancionado, essas novas contratações vão custar R$ 2,8 milhões por ano. Já os cargos "em transformação" têm custo anual estimado em R$ 6,7 milhões, mas atualmente estão todos vagos. Os cargos efetivos precisam ser ocupados por pessoas que ingressam em uma instituição por meio de concurso público. Já os comissionados são de livre escolha.

O presidente do tribunal, **conselheiro** Edson José Ferrari, justificou que a medida tem o objetivo de incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Dentro da transformação dos cargos está incluída a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da presidência, da vice-presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo, das presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, e, ainda, da Procuradoria-Geral de Contas.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/assembleia-aprova-projeto-que-troca-55-cargos-efetivos-por-24-comissionados-no-tce-go-1.2216621

Deputados aprovam em definitivo projeto do TCE-GO que transforma 55 cargos efetivos em 24 comissionados

Gabriela Macedo

Foi aprovado em votação definitiva pelos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), na manhã desta segunda-feira, 22, projeto que altera o quadro de funcionários do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A propositura (nº 4047/21) aprovada com 22 votos favoráveis substitui 55 cargos efetivos por 24 comissionados.

Alterações realizadas

Com a aprovação do texto, serão extinguidos 40 cargos efetivos de técnico de Controle Externo e 15 de analista de Controle Externo, que atualmente se encontram vagos, e criados 24 novos cargos comissionados. A modificação altera a Lei Estadual de nº 15.122/2005, que institui o plano de carreiras e o quadro permanente de servidores do **TCE**-GO.

Também serão criadas gratificações de função aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas e da Procuradoria-Geral de Contas. A seguinte remuneração substituiria as já instituídas pela Lei nº8.270/1977, que atribuiu gratificação aos conselheiros do Tribunal de Contas e ao procurador-geral de Contas, e pela Resolução nº4.560/1993, que concedeu gratificação a chefia de Auditoria Financeira e Orçamentária. Assim, com a transformação, é prevista economia de R$749.148 mil reais.

Justificativas da transformação dos cargos

A explicação para a modificação dos cargos é que apenas 226 das 350 vagas para cargos de analista de Controle Externo existentes no Tribunal e 25 dos 80 referentes ao técnico em Controle Externo estão ocupadas. Com a extinção dos cargos disponíveis, ainda sobram cargos a título de reserva.

Na sessão, o presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSB) relembrou aos deputados que a transformação de cargos não traria aumento de despesa pelo **TCE**-GO. O que acarretaria, segundo estimativa de impacto financeiro realizada pela Casa de Contas, seria uma economia de R$3,8 milhões, ao considerar que o custo total anual de contratações para preencher os 55 cargos efetivos seria de R$ 6,7 milhões e a da transformação para comissionados tem valor estimado de R$2,8 milhões.

No documento, o presidente do **TCE**-GO, Edson José Ferrari, justificou que a reorganização do quadro de funcionários tem a finalidade de promover maior efetividade à prestação de serviços de fiscalização e controle. Além disso, acrescentou que o objetivo é compensar a perda de pessoal que ocorreu nos últimos anos. "Muitos servidores do quadro efetivo se aposentaram e, dos concursos públicos realizados nos anos de 2010 e 2014, ocorreram vários desligamentos, principalmente em função de posses em outros cargos públicos não acumuláveis", conclui Edson José Ferrari.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/deputados-aprovam-em-definitivo-projeto-do-tce-go-que-transforma-55-cargos-efetivos-em-24-comissionados-318675/

Cidades do Entorno do DF fecham comércio não essencial

Os municípios de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Valparaiso, Luziânia, Novo Gama e Cidade Ocidental, todas do Entorno do Distrito Federal (DF), irão aderir ao decreto estadual , que prevê que o fechamento de todo o comércio considerado não essencial . A medida visa conter o avanço da pandemia do novo coronavírus na região.

O anúncio da nova restrição foi feito no domingo (21) pelas redes sociais. Em vídeo, com a presença dos prefeitos Fábio Correa (PP), de Cidade Ocidental; Diego Sorgato (DEM), de Luziânia; Pábio Mossoró (MDB), de Valparaíso de Goiás; e Carlinhos do Mangão (PL), de Novo Gama, gestores comunicam da decisão. Assista:

Colapso

Na gravação, o prefeito de Cidade Ocidental, Fábio Corrêa destacou que a região do Entorno vive um momento de colapso . "Não tem como mais segurar, a situação chegou num ponto muito difícil e ficou decidido que vamos aderir ao decreto do governador", disse.

Diego Sorgato também ressaltou que o Hospital Regional do Jardim Ingá, em Luziânia quase ficou sem cilindros de oxigênio. "Se não tivéssemos feito uma manobra a população que está sendo atendida naquela unidade ficaria sem oxigênio. Em nenhuma das nossas cidades tem mais um leito para poder receber o população", completou o democrata.

Pábio Mossoró, prefeito de Valparaíso de Goiás, e Carlinhos do Mangão, de Novo Gama , ainda pontuaram que decisão de acompanhar o decreto estadual segue orientações do Ministério Público de Goiás e do **Tribunal de Contas do Estado**.

Os gestores municipais informaram que deveram publicar nesta segunda-feira (23) as novas medidas restritivas de acordo com o decreto do **Governo de Goiás**.

Decreto estadual

O decreto estadual determina que o revezamento seja de 14 dias de fechamento e 14 dias de reabertura, para os setores considerados não essenciais.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/cidades-do-entorno-do-df-fecham-comercio-nao-essencial/

Deputados continuam hoje a votar projetos da convocação extra

A **Assembleia Legislativa de Goiás** realizará sessão extraordinária remota nesta segunda-feira, 22, às 10 horas, para deliberar três projetos de lei do Poder Executivo e dois do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) em segunda fase. A matéria que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas e a propositura que trata de programa de incentivos fiscais são os destaques da pauta de convocação.

Outras quatro proposições assinadas pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) também deverão ser votadas pelo Plenário, assim que a Comissão Mista emitir sinal verde. Isso porque esses projetos receberam pedidos de vista na última reunião do colegiado e voltarão à pauta de deliberações nesta segunda-feira.

Na oportunidade, o debate sobre a aquisição de vacinas contra a covid-19 deve ser retomado pelo Parlamento goiano. Durante a sessão extraordinária realizada na quinta-feira, 18, diversos parlamentares se manifestaram sobre o futuro do estado de **Goiás** em relação à pandemia e à vacinação.

Vale lembrar que, tanto as sessões plenárias como as reuniões da Comissão Mista e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) convocadas pelo presidente Lissauer Vieira (PSB), no último dia 17, estão ocorrendo de forma totalmente remota. As atividades presenciais administrativas e grande parte das legislativas estão suspensas com a finalidade de evitar aglomerações e, assim, contribuir no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Só estão trabalhando presencialmente na **Alego** os departamentos imprescindíveis para a realização das atividades legislativas e, ainda assim, com número reduzido de servidores. Os demais funcionários seguem na modalidade de teletrabalho.

Projetos do Governo aptos à 2ª fase de discussão e votação

O Plenário vai deliberar a matéria de nº 4367/21 , que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Conforme destacado pela Secretaria da Economia, o refinanciamento além de possibilitar a regularização das dívidas, amplia o prazo dos contratos para 360 meses, com a taxa de 4% ao ano. "Dessa forma, suaviza os desembolsos mensais do Estado com o pagamento dessas obrigações", explica o ofício encaminhado pelo Governo do Estado. Como a matéria foi aprovada em primeira fase, ela precisa ser aprovada em mais uma etapa de votação do Plenário para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado.

Outro projeto apto à ser votado em definitivo tem o de nº 4232/21 , que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Também aguarda a segunda votação o projeto de lei nº 3577/21 , quealtera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias

estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versará sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Matérias do **TCE** aptas à segunda votação

Dois projetos de lei do **Tribunal de Contas do Estado** aguardam aprovação definitiva. O primeiro se encontra protocolado sob onº 4047/21 ; ele altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, com o objetivo de promover alterações no quadro funcional do **TCE**.

Em justificativa encaminhada à **Alego**, o presidente do **TCE**, **Edson Ferrari**, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

Edson Ferrari acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

A segunda proposição é a de nº 4048/21 , que altera a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para criar as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **TCE**.

"Trata-se, portanto, de mais um canal de comunicação entre o cidadão e o poder público, sempre, neste caso específico, em benefício da boa e eficiente administração, do interesse público e da proteção ao erário", esclarece o projeto.

Projetos de lei da Governadoria que aguardam aval da Comissão Mista

Os integrantes da Comissão Mista vão voltar a deliberar outras proposituras do Poder Executivo que cumprem período de vistas. Elas devem ser votadas nesta segunda-feira e encaminhadas ao Plenário para primeira votação.

Entre elas, aparece a proposição de nº 4433/21 , que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997, a qual trata de matéria tributária. A propositura teve parecer favorável do deputado Wilde Cambão (PSD). Porém, não foi aprovada devido aos pedidos de vistas dos deputados Karlos Cabral (PDT), Antônio Gomide (PT), Helio de Sousa (PSDB), Major Araújo (PSL) e Delegado Eduardo Prado (DC).

Já o processo de nº 4434/21 altera as Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública Estadual. A propositura recebeu parecer favorável do deputado Tião Caroço (DEM) e pedidos de vistas dos deputados Karlos Cabral, Antônio Gomide, Helio de Sousa, Major Araújo e Delegada Adriana Accorsi (PT).

E ainda, o projeto de nº 4435/21 , que revoga a Lei nº 20.094, de 23 de maio de 2018, a qual autoriza a **concessão** de uso do imóvel que especifica. A matéria recebeu pedidos de vistas dos parlamentares Karlos Cabral, Virmondes Cruvinel (Cidadania) e da deputada Delegada Adriana Accorsi.

Por último, o projeto de lei, protocolado com o nº 4436/21 , com assinatura do governador, chegou à Casa nessa quinta-feira, 18, e deve começar a tramitar no colegiado nesta segunda-feira. A propositura indica o nome de Marcelo Nunes de Oliveira para compor o cargo em comissão de **conselheiro** do Conselho Regulador da **Agência Goiana de Regulação**, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (**AGR**).

Proposições assinadas por deputados

A pauta da Ordem do Dia prevista para a próxima sessão extraordinária traz, ainda, projetos de lei assinados por parlamentares da **Alego**. Confira nesse link .

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/deputados-continuam-hoje-a-votar-projetos-da-convocacao-extra/

Projeto que altera lei de criação da Ouvidoria e da Escola Superior de Controle Externo no TCE-GO é aprovado em 2ª votação

Por 21 votos a 2, os deputados aprovaram, em segunda votação, o processo nº 4048/21 , de autoria do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO), que altera a Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, no que tange à criação da Ouvidoria e da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. Essa matéria recebeu aditamento através do projeto nº 4274/21 .

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/projeto-que-altera-lei-de-criacao-da-ouvidoria-e-da-escola-superior-de-controle-externo-no-tce-go-e-aprovado-em-2a-votacao/

Em duas sessões extras nesta 2ª-feira, Plenário aprova oito projetos do Governo e TCE

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira (PSB), a Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta segunda-feira, 22, duas sessões extraordinárias remotas e uma reunião da Comissão Mista. Ao final do expediente, o Plenário da Casa aprovou oito projetos de lei, sendo cinco em segunda fase de discussão e votação e três, em primeira etapa. Constavam na pauta proposições do Poder Executivo e **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

Na primeira sessão extraordinária, os parlamentares aprovaram três proposituras do Governo e duas do **TCE**. Em seguida, uma reunião remota da Comissão Mista foi aberta pelo presidente em exercício, deputado Vinícius Cirqueira (Pros), para deliberação de três proposições; que, depois de terem recebido o aval do colegiado, seguiram para votação em Plenário. Finalizada a reunião do colegiado, mais uma sessão extraordinária foi aberta pelo presidente Lissauer Vieira para apreciação, em primeira fase, das matérias em questão.

Todos os cinco projetos deliberados, hoje, em fase definitiva, seguirão para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). Já as três proposições apreciadas em primeira etapa precisam passar por mais uma aprovação do Plenário para que estejam aptas a ser sancionadas. Essas matérias, que são de autoria da Governadoria do Estado, serão votadas na sessão extraordinária remota que será realizada na manhã desta terça-feira, 23, a partir das 9 horas.

Vale lembrar que, tanto as sessões plenárias como as reuniões da Comissão Mista e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) convocadas pelo presidente Lissauer Vieir, no último dia 17, estão ocorrendo de forma totalmente remota. As atividades presenciais administrativas e grande parte das legislativas estão suspensas com a finalidade de evitar aglomerações e, assim, contribuir no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Só estão trabalhando presencialmente na **Alego** os departamentos imprescindíveis para a realização das atividades legislativas e, ainda assim, com número reduzido de servidores. Os demais funcionários seguem na modalidade de teletrabalho.

Confira, abaixo, todos os projetos aprovados pelo Plenário na manhã desta segunda-feira, 22:

Matérias aprovadas em segunda fase

Governadoria do Estado

O plenário aprovou, por 25 votos favoráveis e nenhum contrário, o projeto de lei nº 4232/21 , que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Pelo placar de 21 votos a zero, além de uma abstenção, os deputados aprovaram, em segunda votação, o projeto de lei nº 4367/21 , que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Conforme destacado pela Secretaria da Economia, o refinanciamento além de possibilitar a regularização das dívidas, amplia o prazo dos contratos para 360 meses, com a taxa de 4% ao ano. "Dessa forma, suaviza os desembolsos mensais do Estado com o pagamento dessas obrigações", explica o ofício encaminhado pelo Governo do Estado. Como a matéria foi aprovada em primeira fase, ela precisa ser aprovada em mais uma etapa de votação do Plenário para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado.

Também em segunda fase, o Plenário aprovou o projeto de lei nº 3577/21 , que altera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**. O placar da votação foi 21 votos a zero, além de uma abstenção.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versa sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Tribunal de Contas do Estado

O Plenário aprovou em fase definitiva a proposição de nº 4047/21 ; ela altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, com o objetivo de promover alterações no quadro funcional do **TCE**. A proposta foi aprovada com 22 votos favoráveis e um contrário.

Em justificativa encaminhada à **Alego**, o presidente do **TCE**, Edson Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

Edson Ferrari acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Os parlamentares também aprovaram em segunda fase a proposição de nº 4048/21 , que altera a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para criar as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **TCE**. O placar da votação foi 21 votos a 2.

"Trata-se, portanto, de mais um canal de comunicação entre o cidadão e o poder público, sempre, neste caso específico, em benefício da boa e eficiente administração, do interesse público e da proteção ao erário", esclarece o projeto. Essa matéria recebeu aditamento por meio do projeto de nº 4274/21 .

Matérias aprovadas em primeira fase

O Plenário aprovou o projeto de lei nº 4434/21 , da Governadoria do Estado, que faz alterações nas Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações em questão instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública estadual. O placar da votação foi 21 a zero.

Os débitos que a matéria se refere são aqueles relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

O objetivo é estender por mais 30 dias os prazos para a adesão às medidas facilitadoras de que tratam os

normativos mencionados, de modo que a data limite, prevista para 1º de abril de 2021, passe para o dia 1º de maio de 2021.

Na manhã desta segunda-feira, 22, o Legislativo goiano também deu aval à proposição de nº 4433/21 , que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997. No total, 23 parlamentares votam favoráveis ao texto e nenhum votou contrário à proposição enviada pelo Poder Executivo.

A proposta busca alterar na alínea "a"" do inciso III do art. 22 a expressão "inclusive os produtos semielaborados deles resultantes". Ela tem o propósito de estender, aos produtos semielaborados resultantes do processamento de produtos agrícolas preponderantemente exportáveis, expressamente discriminados em ato do Poder Executivo, a permissão para que o imposto devido por substituição tributária pelas operações anteriores com esses produtos seja apurado juntamente com aquele devido pela operação de saída própria do estabelecimento eleito substituto. Esse efeito resultaria em um só débito por período.

Por fim, o Plenário aprovou, em primeira votação, o projeto de lei nº 435/21 , oriundo da Governadoria, que autoriza o governador Ronaldo Caiado (DEM) a conceder o direito real de uso da área de 6.663,24 m² com benfeitorias, de propriedade do Estado, à Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe), para o desenvolvimento de atividades de interesse social de caráter filantrópico. O placar da votação foi 21 votos a 0.

O imóvel fica localizado entre a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, a Avenida Sergipe, a Rua José Hermano e o Ginásio de Esportes, no setor Campinas, na Capital goiana. O bem é sede do Instituto de Educação em Artes Professor Gustav Ritter (IEAPGR), vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

Segundo consta no texto da matéria, há 32 anos o instituto é uma unidade de ensino e formação artística, onde funcionam, atualmente, em 28 salas, núcleos de música, de dança e de teatro. Trata-se de um polo de formação artística gratuita de centenas de crianças, de jovens e de adultos. Sua missão é a democratização do acesso à cultura em toda a região Metropolitana de **Goiânia**, como destaca o texto.

Para Caiado, a manutenção das atividades do Gustav Ritter, no local atual, é de interesse público. "O seu desalojamento implicará despesas com aquisição de um novo imóvel para sua instalação, ônus que o Estado não suporta, pelo déficit orçamentário reiterado, ainda não zerado, apesar dos esforços do atual Governo", disse.

Manifestações na tribuna virtual

Ao contrário das últimas sessões deste período de convocação extraordinária, em que os debates predominaram em Plenário, hoje, as discussões foram tímidas. Apenas o deputado Amauri Ribeiro (Patriota) e o delegado Eduardo Prado (DC) fizeram manifestações na tribuna virtual.

Amauri Ribeiro foi o primeiro a se pronunciar. Ele disse que o projeto que permite ao contribuinte renegociar dívidas junto à Fazenda Pública estadual (Refiz) na parte relativa à Guia de Transporte Animal (GTA) é injusta para o produtor rural. "Na renegociação, as multas de R$ 1 milhão caíram para R$ 500 mil. Ainda é um absurdo", protestou.

Na perspectiva do parlamentar, as medidas são prejudiciais aos produtores rurais de **Goiás**. Para Amauri Ribeiro, é injusto a decisão ser tomada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). "Nós deputados é que conhecemos a realidade de **Goiás**", ressaltou. Ele também pediu mais poder de decisão para os deputados estaduais sobre questões tributárias.

Por sua vez, Eduardo Prado falou sobre o seu ponto de vista em relação, segundo ele, "às dificuldades de aprovação da redução da carga tributária em **Goiás** em virtude da política do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)". O parlamentar iniciou seu discurso lembrando ao colega Amauri Ribeiro que o Confaz faz parte da estrutura administrativa do Governo estadual. De acordo com ele, o órgão tem emitido parecer negando a redução de ICMS dos combustíveis e para aquisição de armas destinadas a integrantes das forças de Segurança Pública. "O policial tem um limite de disparos e não é todo mundo que tem dinheiro para comprar munição de R$ 4. Pedimos permissão ao Confaz e foi negada", contou.

Eduardo Prado informou, ainda, que existe um projeto de sua autoria, o qual versa sobre a redução da carga

tributária sobre os combustíveis, com parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da **Alego**. "Foi uma antiga promessa de Ronaldo Caiado (DEM), que criticava o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) pelo preço dos combustíveis", disse. Segundo ele, a propositura vai passar pela avaliação do Confaz, que deve orientar o veto do governador caso a matéria logre êxito na Assembleia Legislativa. "Contudo, a Casa pelo menos vai fazer a sua parte", encerrou.

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/em-duas-sessoes-extras-nesta-2a-feira-plenario-aprova-oito-projetos-do-governo-e-tce/

Em sessões extras, Plenário aprova oito projetos do Governo e TCE

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira (PSB), a Assembleia Legislativa realizou, na manhã desta segunda-feira, 22, duas sessões extraordinárias remotas e uma reunião da Comissão Mista. Ao final do expediente, o Plenário da Casa aprovou oito projetos de lei, sendo cinco em segunda fase de discussão e votação e três, em primeira etapa. Constavam na pauta proposições do Poder Executivo e **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO).

Na primeira sessão extraordinária, os parlamentares aprovaram três proposituras do Governo e duas do **TCE**. Em seguida, uma reunião remota da Comissão Mista foi aberta pelo presidente em exercício, deputado Vinícius Cirqueira (Pros), para deliberação de três proposições; que, depois de terem recebido o aval do colegiado, seguiram para votação em Plenário. Finalizada a reunião do colegiado, mais uma sessão extraordinária foi aberta pelo presidente Lissauer Vieira para apreciação, em primeira fase, das matérias em questão.

Todos os cinco projetos deliberados, hoje, em fase definitiva, seguirão para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM). Já as três proposições apreciadas em primeira etapa precisam passar por mais uma aprovação do Plenário para que estejam aptas a ser sancionadas. Essas matérias, que são de autoria da Governadoria do Estado, serão votadas na sessão extraordinária remota que será realizada na manhã desta terça-feira, 23, a partir das 9 horas.

Vale lembrar que, tanto as sessões plenárias como as reuniões da Comissão Mista e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) convocadas pelo presidente Lissauer Vieira, no último dia 17, estão ocorrendo de forma totalmente remota. As atividades presenciais administrativas e grande parte das legislativas estão suspensas com a finalidade de evitar aglomerações e, assim, contribuir no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Só estão trabalhando presencialmente na **Alego** os departamentos imprescindíveis para a realização das atividades legislativas e, ainda assim, com número reduzido de servidores. Os demais funcionários seguem na modalidade de teletrabalho.

Confira, abaixo, todos os projetos aprovados pelo Plenário na manhã desta segunda-feira, 22:

Matérias aprovadas em segunda fase

Governadoria do Estado

O plenário aprovou, por 25 votos favoráveis e nenhum contrário, o projeto de lei nº 4232/21 , que faz alterações na Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, a qual trata do Produzir e Funproduzir. De acordo com a Secretaria de Economia, a proposta tem como finalidade proteger a indústria e o produtor goianos da concorrência de produtos estrangeiros. A propositura cria restrição do âmbito de incidência do benefício fiscal do Produzir quanto aos débitos de ICMS devidos na importação de matéria-prima, material secundário ou de acondicionamento, na situação em que tais itens também sejam produzidos em **Goiás**.

Pelo placar de 21 votos a zero, além de uma abstenção, os deputados aprovaram, em segunda votação, o projeto de lei nº 4367/21 , que autoriza o Governo a celebrar com a União contrato de confissão e refinanciamento de dívidas, sob o amparo da Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021. A proposta é de iniciativa da Secretaria de Estado da Economia.

A propositura tem o intuito de autorizar a União a celebrar com os estados, no prazo de 90 dias, contados a partir de 14 de janeiro ou da data de homologação da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que ocorrer por último, contratos específicos, com prazo de 360 meses, para refinanciar os valores devidos

em decorrência de decisões judiciais oriundas de ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2019.

Conforme destacado pela Secretaria da Economia, o refinanciamento além de possibilitar a regularização das dívidas, amplia o prazo dos contratos para 360 meses, com a taxa de 4% ao ano. "Dessa forma, suaviza os desembolsos mensais do Estado com o pagamento dessas obrigações", explica o ofício encaminhado pelo Governo do Estado. Como a matéria foi aprovada em primeira fase, ela precisa ser aprovada em mais uma etapa de votação do Plenário para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado.

Também em segunda fase, o Plenário aprovou o projeto de lei nº 3577/21 , que altera a Lei nº 14.408, de 21 de janeiro de 2003, que versa sobre o ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias estaduais e rodovias federais delegadas ao Estado de **Goiás**. O placar da votação foi 21 votos a zero, além de uma abstenção.

A matéria esclarece que se trata de uma iniciativa da Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (Goinfra), que tem o intuito de incluir o art. 32-A. O dispositivo versa sobre a responsabilização das concessionárias de serviço público e do poder público nas autorizações de uso das faixas de domínio e das lindeiras.

Tribunal de Contas do Estado

O Plenário aprovou em fase definitiva a proposição de nº 4047/21 ; ela altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, com o objetivo de promover alterações no quadro funcional do **TCE**. A proposta foi aprovada com 22 votos favoráveis e um contrário.

Em justificativa encaminhada à **Alego**, o presidente do **TCE**, Edson Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

Edson Ferrari acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Os parlamentares também aprovaram em segunda fase a proposição de nº 4048/21 , que altera a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para criar as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **TCE**. O placar da votação foi 21 votos a 2.

"Trata-se, portanto, de mais um canal de comunicação entre o cidadão e o poder público, sempre, neste caso específico, em benefício da boa e eficiente administração, do interesse público e da proteção ao erário", esclarece o projeto. Essa matéria recebeu aditamento por meio do projeto de nº 4274/21 .

Matérias aprovadas em primeira fase

O Plenário aprovou o projeto de lei nº 4434/21 , da Governadoria do Estado, que faz alterações nas Leis nº 20.939, de 28 de dezembro de 2020, e nº 20.966, de 29 de janeiro de 2021. As legislações em questão instituem medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie seus débitos com a Fazenda Pública estadual. O placar da votação foi 21 a zero.

Os débitos que a matéria se refere são aqueles relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); e ao Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

O objetivo é estender por mais 30 dias os prazos para a adesão às medidas facilitadoras de que tratam os normativos mencionados, de modo que a data limite, prevista para 1º de abril de 2021, passe para o dia 1º de maio de 2021.

Na manhã desta segunda-feira, 22, o Legislativo goiano também deu aval à proposição de nº 4433/21 , que altera a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997. No total, 23 parlamentares votam favoráveis ao texto e nenhum votou contrário à proposição enviada pelo Poder Executivo.

A proposta busca alterar na alínea "a"" do inciso III do art. 22 a expressão "inclusive os produtos semielaborados deles resultantes". Ela tem o propósito de estender, aos produtos semielaborados resultantes do processamento de produtos agrícolas preponderantemente exportáveis, expressamente discriminados em ato do Poder Executivo, a permissão para que o imposto devido por substituição tributária pelas operações anteriores com esses produtos seja apurado juntamente com aquele devido pela operação de saída própria do estabelecimento eleito substituto. Esse efeito resultaria em um só débito por período.

Por fim, o Plenário aprovou, em primeira votação, o projeto de lei nº 435/21 , oriundo da Governadoria, que autoriza o governador Ronaldo Caiado (DEM) a conceder o direito real de uso da área de 6.663,24 m² com benfeitorias, de propriedade do Estado, à Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe), para o desenvolvimento de atividades de interesse social de caráter filantrópico. O placar da votação foi 21 votos a 0.

O imóvel fica localizado entre a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, a Avenida Sergipe, a Rua José Hermano e o Ginásio de Esportes, no setor Campinas, na Capital goiana. O bem é sede do Instituto de Educação em Artes Professor Gustav Ritter (IEAPGR), vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

Segundo consta no texto da matéria, há 32 anos o instituto é uma unidade de ensino e formação artística, onde funcionam, atualmente, em 28 salas, núcleos de música, de dança e de teatro. Trata-se de um polo de formação artística gratuita de centenas de crianças, de jovens e de adultos. Sua missão é a democratização do acesso à cultura em toda a região Metropolitana de **Goiânia**, como destaca o texto.

Para Caiado, a manutenção das atividades do Gustav Ritter, no local atual, é de interesse público. "O seu desalojamento implicará despesas com aquisição de um novo imóvel para sua instalação, ônus que o Estado não suporta, pelo déficit orçamentário reiterado, ainda não zerado, apesar dos esforços do atual Governo", disse.

Manifestações na tribuna virtual

Ao contrário das últimas sessões deste período de convocação extraordinária, em que os debates predominaram em Plenário, hoje, as discussões foram tímidas. Apenas o deputado Amauri Ribeiro (Patriota) e o delegado Eduardo Prado (DC) fizeram manifestações na tribuna virtual.

Amauri Ribeiro foi o primeiro a se pronunciar. Ele disse que o projeto que permite ao contribuinte renegociar dívidas junto à Fazenda Pública estadual (Refiz) na parte relativa à Guia de Transporte Animal (GTA) é injusta para o produtor rural. "Na renegociação, as multas de R$ 1 milhão caíram para R$ 500 mil. Ainda é um absurdo", protestou.

Na perspectiva do parlamentar, as medidas são prejudiciais aos produtores rurais de **Goiás**. Para Amauri Ribeiro, é injusto a decisão ser tomada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). "Nós deputados é que conhecemos a realidade de **Goiás**", ressaltou. Ele também pediu mais poder de decisão para os deputados estaduais sobre questões tributárias.

Por sua vez, Eduardo Prado falou sobre o seu ponto de vista em relação, segundo ele, "às dificuldades de aprovação da redução da carga tributária em **Goiás** em virtude da política do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)". O parlamentar iniciou seu discurso lembrando ao colega Amauri Ribeiro que o Confaz faz parte da estrutura administrativa do Governo estadual. De acordo com ele, o órgão tem emitido parecer negando a redução de ICMS dos combustíveis e para aquisição de armas destinadas a integrantes das forças de Segurança Pública. "O policial tem um limite de disparos e não é todo mundo que tem dinheiro para comprar munição de R$ 4. Pedimos permissão ao Confaz e foi negada", contou.

Eduardo Prado informou, ainda, que existe um projeto de sua autoria, o qual versa sobre a redução da carga tributária sobre os combustíveis, com parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da **Alego**. "Foi uma antiga promessa de Ronaldo Caiado (DEM), que criticava o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) pelo preço dos combustíveis", disse. Segundo ele, a propositura vai passar pela avaliação do

Confaz, que deve orientar o veto do governador caso a matéria logre êxito na Assembleia Legislativa. "Contudo, a Casa pelo menos vai fazer a sua parte", encerrou.

Site: https://www.bombabomba.com.br/politica-go/em-sessoes-extras-plenario-aprova-oito-projetos-do-governo-e-tce/

Aprovado projeto que troca cargos efetivos por comissionados no TCE-GO

Goiânia

Em justificativa encaminhada à **Assembleia Legislativa de Goiás**, o presidente do **TCE**, Edson Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal, com a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que encontram-se vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada, bem como a criação de gratificações de função a serem atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora, da Escola Superior de Controle Externo e, também, das Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas".

Edson Ferrari acrescenta que a medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Os parlamentares também aprovaram em segunda fase a proposição de nº 4048/21, que altera a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, para criar as unidades ouvidoria e Escola Superior de Controle Externo (Escoex), na estrutura orgânica do **TCE**. O placar da votação foi 21 votos a 2.

Fonte da Materia

Site: https://portalnettoreis.com.br/2021/03/22/aprovado-projeto-que-troca-cargos-efetivos-por-comissionados-no-tce-go/

Segue para sanção projeto de lei que substitui 55 cargos efetivos no TCE-GO por 22 comissionados

Segue para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM) projeto de lei aprovado em segunda votação pela **Assembleia Legislativa de Goiás**. A matéria troca 55 cargos efetivos por 24 comissionados no **Tribunal de Contas do Estado** (TEC-GO) .

O Projeto de Lei nº 4047/21 foi apresentado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**. Ele altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005. O objetivo é promover alterações no quadro funcional da corte.

Em justificativa encaminhada à **Alego**, o presidente do **TCE**, Edson José Ferrari, coloca que "essa alteração legislativa refere-se à reorganização e reestruturação do seu quadro de pessoal". Ele prevê a extinção de alguns cargos de provimento efetivo, que se encontram vagos, concomitantemente à criação de outros de natureza comissionada.

A proposta aprovada também cria gratificações de função. Elas serão atribuídas aos titulares da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria-Geral, da Ouvidora. A Escola Superior de Controle Externo e, também, as Presidências da 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal de Contas, inclusive, da Procuradoria-Geral de Contas, terão direito ao benefício.

Para Ferrari, o PL aprovado medida tem por finalidade incrementar a efetividade da prestação de serviços de fiscalização e controle com a reorganização do quadro funcional e a atribuição de funções administrativas.

Site: https://www.rotajuridica.com.br/segue-para-sancao-projeto-de-lei-que-substitui-55-cargos-efetivos-no-tce-go-por-22-comissionados/

Carlos Neves participa de debate sobre novo Código Eleitoral Brasileiro

O **conselheiro** Carlos Neves participou na tarde desta terça-feira (16) de uma Audiência Pública para discutir a reforma da legislação eleitoral brasileira, atualmente em tramitação no legislativo federal. O evento foi organizado pelo grupo de trabalho encarregado de elaborar estudos para a reforma da legislação eleitoral brasileira.

Criado em de fevereiro deste ano, o grupo é presidido pelo deputado Jhonatan de Jesus (RR) e formado por 15 parlamentares, sob a relatoria da deputada Margarete Coelho (PI).

A reunião contou com a presença do ex-Ministro da Justiça e subprocurador-geral de República aposentado, Eugênio Aragão, do advogado-geral da União, ministro José Levi do Amaral Júnior, do procurador regional da República, Wellington Cabral Saraiva, que representou a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE), além de promotores de Justiça e advogados.

Na ocasião, Carlos Neves falou sobre as condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral e defendeu uma maior participação dos Tribunais de Contas como parceiros da Justiça Eleitoral, que podem atuar, por exemplo, fornecendo informações sobre gastos com campanhas.

"Existem desequilíbrios autorizados pela atual legislação e é preciso dar uma maior proteção ao servidor público, que deve ter preservado o seu direito à liberdade de expressão (política e ideológica, inclusive) e não pode ficar à mercê dos interesses de candidatos eleitos" destacou Neves.

Carlos Neves foi designado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), coordenador da comissão que apresentará sugestões ao Legislativo Federal para promover alterações nas normas do Sistema Eleitoral Brasileiro. A Comissão é composta ainda pelos conselheiros Antônio Gilberto de Oliveira Jales (**TCE**/RN), Sebastião Cezar Leão Colares (TCM/PA), Antônio Renato Alves Rainha (TC/DF), e pela **conselheira**-substituta Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho (**TCE**/GO).

Ao final, a relatora Margarete Coelho agradeceu a participação e colaboração de todos e enfatizou que além das audiências públicas, o grupo de trabalho tem mantido reuniões com os ministros do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin e Roberto Barroso, que também é presidente do TSE, além de instituições, do Ministério Público e da OAB, para tratar o assunto.

O Código Eleitoral Brasileiro (CEB) atual é de 1965, e não existe hoje uma lei específica sobre o processo eleitoral, que é tratado pelo próprio CEB, além da Lei das Eleições , Lei dos Partidos Políticos e Lei das Inelegibilidades , e pelas normas gerais dos processos cíveis. De acordo com a relatora, a ideia é aprovar um novo Código Eleitoral e um novo Código de Processo Eleitoral antes das eleições de 2022.

Gerência de Jornalismo (GEJO), 22/03/2021

Notícias

Notícias

Site: https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/mais-noticias-invisivel/341-2021/marco/5905-carlos-neves-participa-de-debate-sobre-novo-codigo-eleitoral-brasileiro